

CORRUPÇÃO: *Caso situação de ACM se complique ainda mais, é esperada a adesão de deputados carlistas da Bahia*

Oposição protocola pedido de CPI na 4ª feira

Objetivo é esperar pela acareação de hoje, que pode fazer com que mais parlamentares apoiem o requerimento

Diana Fernandes

• BRASÍLIA. O requerimento para a criação da CPI da Corrupção só será protocolado pelos partidos de oposição na quarta-feira da próxima semana, quando haverá no Congresso um ato público pró-CPI com a participação de entidades como OAB, ABI, CNBB e centrais sindicais. A oposição, que estava dividida sobre o melhor momento para apresentar o pedido, decidiu ontem aguardar o desdobramento da crise no Senado na

expectativa de novas adesões.

Já assinaram o pedido 182 deputados (são necessárias 171 assinaturas) e 27 senadores, o mínimo exigido. Mas, segundo o líder do bloco de oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), mais dez deputados e dois senadores comprometeram-se a assinar o requerimento na próxima semana.

O requerimento poderia ter sido protocolado ontem, mas prevaleceu entre os líderes de oposição a tese de que é preciso uma margem de segurança

maior para enfrentar a ofensiva do governo pela retirada de assinaturas. O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), afirmou ontem que tem cartas de oito deputados autorizando a retirada de suas assinaturas, mas disse que não sabe ainda se serão usadas.

— O governo teve três meses para impedir a CPI e não conseguiu. Não vai ser em nove dias que conseguirá isso — disse o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA).

Também para o líder do

PDT na Câmara, Miro Teixeira (RJ), a CPI é irreversível.

— O requerimento é constitucional, regimental e democrático, e é assim que tem que ser tratado. Com as assinaturas, a CPI tem que ser instalada. Ela deixou de ser uma proposta da oposição no Congresso. É agora um requerimento popular, atende aos anseios da população — disse ele.

Se não conseguir impedir a criação da CPI, com retirada de assinaturas de aliados, os governistas tentarão impedir

sua instalação arguindo sua inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Mesmo que seja bem-sucedido nessa questão de ordem na Câmara, poderão ter dificuldade no Senado, onde já existe um precedente: a CCJ do Senado considerou constitucional a criação de uma CPI para investigar várias denúncias de corrupção no Judiciário. A alegação do governo é que a CPI da Corrupção teria que ter um fato determinado e não vários.

A expectativa da oposição de que poderá ampliar o número de assinaturas de deputados se apóia em acenos de deputados do PFL da Bahia de que poderão assinar o pedido na semana que vem, caso se agrave ainda mais a situação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio da violação do painel eletrônico. Nesse caso, os carlistas apoiariam a CPI para que o desgaste atingia outros senadores e o governo, admitiu um deputado baiano. ■